



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping – Cuiabá/MT, 16 de março de 2011.

Notícias / **Ciência & Saúde**

15/03/2011 - 11:52

Henry recorre de decisão contra terceirização e garante legalidade

Da Redação - Alline Marques



Foto: Davi Valle

O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry (PP), irá recorrer da decisão que suspendeu o edital de “Chamamento Público” para contratação de Organização Social (OS) para administrar o Hospital Metropolitano, em Várzea Grande. Ele garantiu que irá provar a constitucionalidade e legalidade do novo modelo de gestão que vem provocando polêmica e insatisfação na classe médica, em greve desde quinta-feira (10).

“Vou provar constitucionalidade do edital. Vamos recorrer e garantir a legalidade deste modelo. Nós não temos nada a esconder, estamos de porta abertas para fazer melhor para população mato-grossense. Não tenho constrangimento”, afirmou em entrevista ao Programa Cidade Independente, na Rádio Cidade 94,3FM.

Henry ainda afirmou ser contra a privatização e garantiu que todos os bens públicos dos hospitais continuarão sendo do Estado. Ele atestou também que não haverá demissão e os servidores que forem cedidos às OSs continuarão recebendo pelo governo.



Saúde em Foco



Sobre como funcionará a parceria entre Estado e OS, o secretário explicou que o governo irá passar o balanço do hospital para a organização, que irá elaborar um estudo e apresentar uma proposta com o valor mensal dos gastos. Assina-se o contrato e a Secretaria ficará responsável por repassar os recursos e fiscalizar os trabalhos.

“Se trabalhar menos do que o apresentado na proposta abaixa-se os repasses. Se for a mais, sentaremos e discutiremos um novo valor”, afirmou.

Quanto a possibilidade dos servidores da Saúde também entrarem em greve ainda nesta semana, Henry disse que se reuniu na tarde de segunda-feira (14) com a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (Sisma-MT), Aparecida Silva Rodrigues, na tentativa de um acordo.

Porém, o progressista adiantou que o Estado não negociará com servidores em greve e caso queiram manter o diálogo e a possibilidade de acordo melhor manter as atividades.

“O estado não pode negociar com quem está em greve. Portanto, se parar as atividades será decidido na justiça. Acho um equívoco terrível entrar em greve neste momento, sendo que há conversas. Em algumas coisas o Estado concorda, outras não, pois ainda não sabemos os impactos no governo”, ressaltou.

Henry também destacou que os médicos e os servidores da saúde defendem interesses opostos. Segundo Henry, o Sisma quer um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários para todos servidores da saúde, já os médicos querem a redução de carga horária de 40 para 20 horas, sem diminuir o salário e a exigência seria aplicada apenas para a categoria.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry_recorre_de_decisao_contra_terceirizacao_e_garante_legalidade&edt=34&id=164624

Notícias / **Ciência & Saúde**

15/03/2011 - 10:22

Sorriso: sistema online reduz filas e agiliza atendimento na Saúde

Da Assessoria



Saúde em Foco



A Central de Regulação do Município de Sorriso, que funciona por meio de um sistema de informações online, o Sisreg, tem se destacado pela eficiência. A prefeitura, pioneira na implantação deste sistema em Mato Grosso, adquiriu mais agilidade para o atendimento nas unidades de Atenção Básica de Saúde (PSFs e CREM) da cidade.

Disponibilizado pelo Ministério da Saúde para o gerenciamento e operação das Centrais de Regulação, o programa (software) que funciona através de navegadores instalados em computadores conectados à Internet, está instalado em todas as unidades de Saúde do Município. Os agendamentos de consultas e exames são feitos pelo sistema online. “O paciente não precisa mais chegar de madrugada ao posto para marcar a consulta, não existe mais aglomeração de pessoas e enormes filas”, explica a coordenadora da Central de Regulação, Letícia Samuelsson. De acordo com ela, quando o paciente sai do consultório médico ele já agenda os exames de laboratório na recepção do PSF.

Outra vantagem é o controle de todas as ações do setor de Saúde do Município que o sistema possibilita. “Através do administrador é possível saber exatamente quantos atendimentos são feitos por unidade e por profissional e quais os procedimentos foram realizados no dia”, explica Letícia. Dessa forma há um controle de assiduidade de profissionais da área. “Hoje é muito difícil termos faltas de profissionais sem justificativas”, observa.

Com esse controle, a Secretaria Municipal de Saúde também tem a segurança de fazer os pagamentos dos procedimentos realizados pela rede particular. “Não tem como divergir do sistema, cada exame, cada consulta fica registrada. Assim podemos conferir o que foi feito pelo laboratório, hospital ou clínica particular, antes isso não era possível, o que a instituição particular apresentava tínhamos que pagar”, observa a coordenadora.

O município de Sorriso realiza cerca de nove mil consultas por mês pelo SUS. São 17 PSFs e mais três unidades de saúde, além do Centro de Referência de Especialidades Médicas (CREM), que fazem parte da rede de Atenção Básica. Também há o atendimento através de convênios com hospital, laboratórios e clínicas particulares.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Para fazer a adesão ao programa Sisreg do Governo Federal é necessário que as prefeituras equipem suas unidades de saúde com os equipamentos de informática e possibilite acesso à internet a todas elas. O Ministério da Saúde fornece o programa e capacita os profissionais. “Quando aderimos a esse sistema, tínhamos o objetivo de humanizar o atendimento na Saúde. Hoje constatamos que valeu à pena, foi um investimento certo”, salientou o prefeito Chicão Bedin. Além de Sorriso, apenas Primavera do Leste e Sinop implantaram o Sisreg no sistema de regulação da Saúde em Mato Grosso.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Sorriso_sistema_online_reduz_filas_e_agiliza_atendimento_na_Saude&edt=34&id=164602

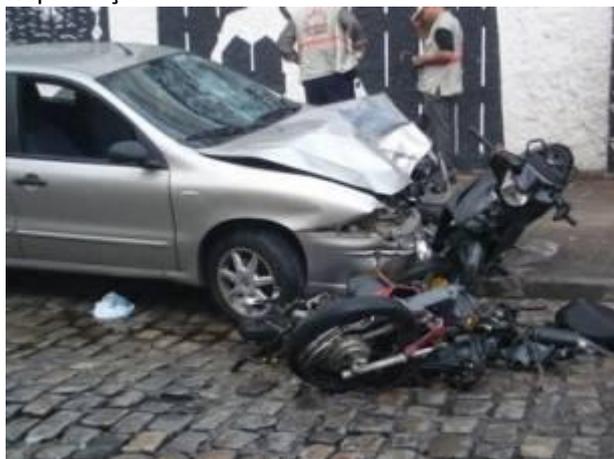
COTIDIANO / GRANDE CUIABÁ

16.03.11 | 08h25

Gastos com acidentes chegam a R\$ 1 bilhão

Imprudência dos motoristas coloca MT em segundo lugar de maior violência

Reprodução



Custo por acidente de trânsito com feridos é estimado em R\$ 17 mil

AMANDA ALVES
A GAZETA

Um bilhão de reais foi gasto em Cuiabá e Várzea Grande em consequência da violência no trânsito registrada entre os anos de 2004 e 2010. A estimativa dos



Saúde em Foco



custos por acidente, que envolve socorro, danos a veículos, atendimento hospitalar e previdência social, feita pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), quantifica as grandes consequências da direção imprudente adotada por motoristas. Em uma década, 9.280 pessoas morreram por violência no trânsito em Mato Grosso, situação que coloca o Estado em 2ª posição no ranking brasileiro, divulgado pelo Ministério da Justiça.

A estatística aponta o índice alarmante de 36,2 vítimas no trânsito para cada grupo de 100 mil habitantes, enquanto a taxa de homicídio é de 31,8 vítimas para cada 100 mil habitantes. No ranking nacional, Mato Grosso fica atrás apenas do Tocantins, que tem taxa de 37,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

O secretário da Sesp, Diógenes Curado, diz que a diminuição nos índices de acidente no trânsito passa por uma política de Governo. Ele diz que no Gabinete de Ação Integrada do órgão discute-se, entre várias esferas de poder, quais as necessidades para oferecer segurança a motoristas e pedestres. Segundo ele, na Capital o custo estimado de gasto por causa da violência chegou a R\$ 800 milhões e, em Várzea Grande, R\$ 200 milhões em um período de 6 anos.

Conforme a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet), o custo por acidente de trânsito com feridos é estimado em R\$ 17 mil e quando há ocorrência de vítimas, pode chegar a R\$ 144 mil. O preço é amargo para as famílias e, em boa parte, poderia ser evitado com comportamento preventivo. Setenta por cento dos acidentes têm como uma das causas a imprudência.

"Vamos reativar a Companhia do Trânsito dentro do Batalhão da Polícia Militar e em 4 meses os agentes devem estar nas ruas de Cuiabá e Várzea Grande", garante Diógenes.

O gestor diz que os trabalhos serão compartilhados com a equipe do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran). No entanto, não soube informar quanto são os servidores destinados para o trabalho.

Para evitar o tragédia, que é visível rotineiramente nas ruas, como o acidente que matou de uma só vez 5 pessoas esta semana na rodovia que dá acesso a Chapada dos Guimarães, o presidente do Detran, Teodoro Moreira Lopes, diz ser necessário investir em educação e para isso foi lançada a campanha "Trânsito Consciente pra Vida Seguir em Frente". Mas, diz que não pode ser deixada de lado a engenharia de trânsito e fiscalização. "Durante apenas 1 dia aplicamos 1.980 multas em Cuiabá em 20 blitzes realizadas".

Infração livre - Na Capital, a necessidade de fiscalização constante esbarra em falta de pessoal e de vontade política. Existem apenas 60 agentes de trânsito, atualmente, para dar conta da vigilância e autuação do comportamento imprudente de motoristas. Além disso, no rol da fiscalização, estão os radares eletrônicos, inativos na cidade e que são causa de polêmica entre os motoristas.



Saúde em Foco



Na opinião dos gestores, Diógenes Curados, Teodoro Moreira e do gestor da Secretaria Municipal de Transporte Urbano (SMTU), Edivá Alves, os dispositivos são essenciais e devem voltar. Há lei federal prevendo a instalação, mas no momento, o assunto depende de vontade política do prefeito Chico Galindo (PTB), que deve abrir licitação para aluguel dos radares.

O presidente da Associação dos Familiares de Vítimas de Violência, Heitor Geraldo Ryes, diz que as pessoas não querem multa, mas exigem mais segurança no trânsito. Na opinião das pessoas que perderam entes nas estradas, além das condições de estradas e de fiscalização, é necessário o respeito pela vida dos outros e a condenação justa de quem comete crimes. "Os parentes reclamam principalmente da impunidade, demora muito para ser julgado e temos casos que cestas básicas pagam uma vida".

Falta de estrutura - Além da ausência de fiscalização, Edivá admite que a cidade está em colapso e a situação só tende a piorar se nada for feito. "Cuiabá tem índice alarmante e condição física preocupante".

Segundo o secretário, para cada veículo emplacado existe 1,8 habitante. Ele compara que a proporção é menor do que em países da Europa, onde para cada pessoa já corresponde um veículo. Porém, afirma que a situação aqui é pior.

Edivá diz que a área coletiva, que seria disponível ao fluxo de veículos, não ultrapassa 25% em Cuiabá, enquanto em países como Portugal e França há mais espaços disponíveis para o trânsito e estacionamento. "A propriedade privada é maior que a coletiva".

Ele cita ainda que hoje 40% das ruas da cidade não têm asfalto, o que faz concentrar ainda mais o fluxo de veículos em rodovias asfaltadas. "Precisamos de infraestrutura, porque isso é um problema histórico em Cuiabá".

Educação - Na contramão dos gastos com a violência no trânsito, o Detran investe R\$ 1,8 milhão em uma campanha de conscientização, que tem como garoto propaganda o pentacampeão de motocross estilo livre, Gilmar Flores, o Joaquina. O objetivo é percorrer as 10 maiores cidades do Estado fazendo distribuição de panfletos, realizando palestras e shows com o esportista. São elas: Cuiabá, Tangará da Serra, Rondonópolis, Alta Floresta, Barra do Garças, Primavera do Leste, Cáceres, Diamantino e Sinop. O público-alvo são jovens entre 20 e 29 anos, que mais são vítimas da violência urbana. O presidente do Detran destaca que o primeiro quesito importante é trabalhar com a direção defensiva junto aos motoristas, que atravessam o sinal vermelho ciente da infração, mas sem consciência dos riscos que pode causar.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=44794>

Mato Grosso destina R\$ 1,98 bilhão para a saúde e a



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

educação

Lenine Martins/Secom-MT



Em 2010, o Governo destinou 29,18% da receita para o ensino

O Governo de Mato Grosso superou em R\$ 253,4 milhões os repasses constitucionais em saúde e educação durante o ano de 2010. Ao invés de destinar R\$ 1,73 bilhão conforme determina a Constituição Federal, Mato Grosso investiu R\$ 1,98 bilhão nessas áreas, valor 14,6% acima da exigência legal. Os percentuais foram apresentados pelo secretário de Estado de Fazenda, Edmilson José dos Santos, na segunda-feira (14.03), durante audiência pública na Assembleia Legislativa.

“Temos a determinação do governador Silval Barbosa de trabalhar este ano de 2011 sobre o regime de caixa, ou seja, se determinada Pasta possui orçamento, não quer dizer que ela possui o financeiro. Os gastos somente acontecerão quando o recurso estiver em caixa. Vamos manter a redução no custeio justamente para que mais recursos sejam investidos nas áreas fins do Governo, como saúde, educação, segurança e investimentos de logística”, comentou o secretário.

Especificamente na educação, o Governo do Estado investiu R\$ 1,37 bilhão em 2010. O valor é R\$ 196,3 milhões superior ao indicado pela Constituição. A base de cálculo em que são retirados os 25% para a educação determinados por lei é formada pela receita dos impostos do Estado, menos as taxas, e as transferências constitucionais. Em 2010, o Governo destinou 29,18% dessa receita para o ensino.

Já na saúde, o Estado destinou R\$ 616,1 milhões ao longo do ano. Caso aplicasse somente o que determina a legislação, a saúde de Mato Grosso receberia R\$ 57 milhões a menos que o aplicado. Enquanto a lei determina um mínimo de 12% para ser investido nessa área, Mato Grosso aplicou 13,22%. “Sabemos que ainda há muito que ser feito, mas temos avançado na Secretaria de Fazenda, na parceria com o contribuinte, para que o Estado cresça em todas as áreas”, destacou Edmilson dos Santos.

Publicado em: 16/03/2011
Fonte: Daniel Dino

<http://www.capitalpress.com.br/2010/noticia.php?id=25107>



16/03/2011 - 08h17

Projeto de Henry enfrentará movimento estudantil nesta quarta

Edilson Almeida
Redação 24 Horas News

O projeto do Governo de criar um “novo modelo” de gestão da saúde enfrentará resistência também na academia. Estudantes das áreas de saúde da Universidade Federal de Mato Grosso se reúnem nesta quarta-feira, 16, em assembléia geral para tratar da proposta de terceirização. O encontro será as 10 horas no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. A tarde, o assunto será discutido no Conselho Estadual de Saúde.

“Temos informação também de que os estudantes das áreas médicas da Universidade de Cuiabá também se reúnem no mesmo horário para extrair um indicativo sobre a terceirização” – informou Igor Carlos, estudante da área de saúde coletiva. A reunião na UNIC acontecerá no Bloco B. A assembléia geral dos estudantes deverá contar com a presença dos coordenadores do curso.

A princípio, dependendo dos encaminhamentos, os estudantes deverão definir também a forma para pressionar os conselheiros do Conselho Estadual de Saúde a votarem contra a proposta do Governo. Os acadêmicos concluem que o projeto das OS seja inconstitucional.

A proposta do Governo, em defesa, pretende criar um projeto-piloto de gerenciamento do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, a ser inaugurado, em tese, no mês de maio – embora o Judiciário tenha suspenso o edital de convocação lançado pela Secretaria Estadual de Saúde. “O Governo de Mato Grosso pretende implantar um modelo de gestão que tenha mais agilidade, que dê acessibilidade e atendimento humanizado aos usuários do SUS no seu direito básico de saúde” – diz o Governo em nota.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=362187>

16/03/2011 - 07h53

CRM mantém aberta a UTI do Hospital Júlio Müller cheia de problemas

Redação 24 Horas News



Saúde em Foco



A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) foi mantida aberta pelo Conselho Regional de Medicina. Mas o risco de ser decretada a chamada "interdição ética" persiste. Classificada como "lixo", a UTI tem problemas com a refrigeração, infiltrações em uma parede, falta de um leito, que está em manutenção, e dois leitos muito próximos, o que dificulta a mobilidade dos médicos no atendimento. Foi detectada também a necessidade de contratação de neurocirurgião, ortopedista, cirurgião vascular e de médicos visitantes - aqueles que fazem visitas periódicas aos pacientes no decorrer do plantão.

O presidente do Conselho esteve verificando as condições estruturais e de equipamentos para o funcionamento do setor. "Não interditamos, a medida inicial será notificar o hospital", disse Arlan Azevedo. Ele explicou que "a interdição ética é uma medida extrema, que só é adotada quando o paciente está correndo maior risco na UTI do que se estivesse fora". Segundo Azevedo, "há um paciente internado há mais de um ano, que não apresenta nenhuma escara de decúbito (ferida causada por ficar muito tempo deitado de costas) e quatro pacientes ocupando quatro leitos há quatro meses".

Arlan Azevedo cobrou "maior compromisso dos mistérios da Educação e da Saúde em relação ao hospital Júlio Müller, o hospital-escola de uma das cinco melhores universidades do País, que não deve ser visto só como assistência, mas para formação de médicos na graduação e na pós-graduação".

O diretor superintendente do HUJM, Elias Nogueira Peres, acompanhou a visita e assegurou que as medidas para as melhorias estão sendo tomadas, mas que frente ao laudo a ser entregue pelo CRM, irá "reunir todos os esforços para que as questões possam ser resolvidas o mais breve, pois a nossa UTI é muito importante para o Sistema Único de Saúde e quando se fecham serviços, a população é que é penalizada".

Dentre as providências tomadas informou que está a solução do problema de ventilação e as licitações para a compra da caldeira e para a realização de terapia renal substitutiva (hemodiálise) para atender todo o hospital, ambas já concluídas.

Em relação aos recursos humanos informou que acabam de ser contratados dois nefrologistas e que, atualmente, atendem a UTI, com oito leitos, 16 médicos, 24 técnicos em enfermagem, um psicólogo e dois técnicos operacionais. Disse que por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários



(Rehuf), deverá haver concurso para contratação de novos profissionais. "A planilha do MEC acena com 506 vagas para as atividades fins, sendo 140 de médicos, 87 de enfermeiros (nível superior) e 279 de técnicos de enfermagem (nível médio).

"Hoje, esses profissionais são contratados com recursos do MEC, por meio de convênio com a Secretaria Municipal de Saúde. Ele observa ainda, que o HUJM sofre com falta de recursos para a aquisição de equipamentos e com o problema do repasse dos recursos de custeio. "A contratualização assinada em 2010 não foi publicada e o repasse é de R\$ 800 mil, valor de 2005, quando o que nos deve ser repassado é R\$ 1.370.000,00" - disse.

A reitor Maria Lúcia Cavalli Neder, que se encontra hoje em Brasília, disse que está acompanhando as providências tomadas e apoiando a Superintendência do HUJM na busca de soluções. "Tudo que estiver ao nosso alcance nós faremos", assegurou. Disse que Ministério da educação repassa recursos aos HUs através do tem o Rehuf e que é preciso trabalhar contratualização de forma a que os recursos do Ministério da Saúde sejam repassados dentro das necessidades.

Elias Nogueira Peres disse ainda que a reforma do centro cirúrgico está sendo licitada e que os recursos virão de emenda do deputado federal Valternir Pereira, no valor de R\$ 300 mil e do Governo do Estado, que entra com a contrapartida de R\$ 169 mil. Disse ainda que está em elaboração o projeto de uma central de tratamento de resíduos sólidos, que será levado aos ministérios para financiamento. "O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação estão sabendo dessa necessidade premente do hospital", frisou.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=362181>

16/03/2011 - 08h41

Alta Floresta tem 115 notificações de dengue este ano

Só Notícias

O último levantamento da Vigilância Ambiental aponta que 115 notificações foram registradas entre janeiro até o último dia 10. A maioria das notificações foi no Cidade Alta, centro, Jardins Primavera, Panorama, Universitário, Boa Nova e Tropical. No período, foram inspecionados 24,3 mil imóveis pelos agentes de saúde.



Foram identificados focos do mosquito em 2% dos imóveis, sendo em propriedades habitadas e em terrenos baldios. Neste período, segundo o levantamento, o índice de infestação predial fechou em 1,09% (preconizado pelo Ministério da Saúde é de 1%), o que deixa o município em estado de alerta em relação a transmissão da doença. "Ou seja, se aparecer algum morador ou visitante contaminado corre-se o risco de termos uma nova epidemia da doença", aponta o relatório.

Nos trabalhos de combate a doença, continua o desenvolvimento da Força Tarefa para recolhimento de lixos que proporcionam a procriação do mosquito. Até o último dia 10, pelo menos 11,5 toneladas de lixo inorgânico foram recolhidos pela equipe. Nesta semana, os trabalhos continuam nos bairros Vila Nova, Boa Esperança e Jardim Guaraná 1 e 2.

No Estado, foram notificados 3.378 casos, sendo 3 mortes (duas confirmadas e um sob investigação). Em Sinop são 515 notificações; em Cuiabá são 428 casos e, em Várzea Grande são 111 casos.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=362186>

Saúde

CPI pode se tornar permanente

Adriana Nascimento – Da Redação

15/03/2011 12:00 Atualizado em 15/03/2011 13:07



Pelo visto vai demorar para que a população saiba o resultado final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada há mais de um ano na Assembleia Legislativa para apurar irregularidades na área da Saúde. O montante de problemas encontrados a cada ação da comissão indica que ela tem tudo para tornar-se permanente e não mais com prazo de final definido. A informação foi dada na manhã desta terça (15) pelo deputado estadual Sérgio Ricardo, que preside a CPI.

Segundo ele, a investigação já produziu frutos e são as vísceras do segmento expostas na mídia todos os dias. "Se não fosse a CPI não a sociedade não estaria sabendo do horror vivido e as providências tomadas", lembrou. E, embora a melhoria pareça



demorar, Ricardo esclarece que tudo está andando. Prova disso foi o pedido encaminhado ao governo do Estado, apenas três meses depois de implantada a CPI, para a implementação de 19 ações imediatas para a melhoria no setor.

Questionado sobre a demora na entrega do relatório final que se arrasta desde novembro de 2010 o deputado disse que este deve sair nos próximos dias, mas não informou a data exata. Isso porque, segundo ele, com as coisas que estão acontecendo recentemente, amplamente divulgada pela mídia com a discussão sobre a terceirização, proposta pelo secretário estadual de Saúde, Pedro Henry e o caos no Pronto-Socorro, há muita coisa a ser considerada ainda. Inclusive, disse ele, a CPI pode fazer novas visitas a unidades de Saúde para verificar o que pode ser acrescentado ou mudado.

“O que faltou até agora foi planejamento estratégico, um exemplo é que o Pronto-Socorro é o mesmo de 30 anos num período em que a população cresceu muito”, enfatizou o parlamentar. Ainda assim, ele crê na melhora do sistema, ainda que de forma gradual, mas garante à população que os membros da CPI, embora estejam estudando e elencando ações, estão engajados para que tudo melhore o mais rápido possível.

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/52253>

NOTA OFICIAL

Governo quer um novo modelo de gestão para a saúde

Secom

15/03/2011 10:50

A sociedade de Mato Grosso tem assistido nos últimos dias uma ruidosa discussão promovida pelo projeto do Governo do Estado de firmar parceria com Organizações Sociais, que são entidades civis do Terceiro Setor, sem fins lucrativos e com reconhecimento público de notório saber e conhecimento na gestão eficiente de unidades de saúde junto ao SUS. A proposta busca, através da Secretaria de Estado da Saúde, criar um projeto-piloto de gerenciamento do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, a ser inaugurado no mês de maio. Caso o projeto traga os resultados desejados para a gestão, será estendido aos outros quatro hospitais regionais do Estado.

O Governo de Mato Grosso pretende implantar um modelo de gestão que tenha mais agilidade, que dê acessibilidade e atendimento humanizado aos usuários do SUS no seu direito básico de saúde. Por isso, esclarece a sociedade sobre os pontos a seguir:

1 – O sistema atual de gestão na saúde para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, como está, é absolutamente ineficiente nos três níveis: na atenção básica, nos municípios, na atenção secundária, nos hospitais regionais, e na atenção terciária, na região metropolitana de Cuiabá;



2- a ineficiência dificulta ou impede o acesso do cidadão usuário do SUS a tratamentos médicos nos três níveis, revelando uma gestão ineficiente, muito cara e com pouquíssimas chances de melhorias. Hoje se gasta muito para serviços ruins, num cenário de recursos públicos limitados;

3 – Não se trata de privatização. No modelo proposto, o patrimônio atual e o que venha a ser adquirido continuarão sendo públicos. E o atendimento prestado por essas unidades continuará exclusivamente ao SUS;

4 – Não procede, de forma alguma, o argumento defendido por alguns setores médicos sobre Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos exclusivo para a categoria, como razão fundamental para concordarem com o projeto de parceria com Organizações Sociais, alegando perdas de direitos e vantagens;

5 – Não haverá qualquer tipo de perda e nem de direitos para os médicos, conforme têm divulgado. Salários e empregos serão garantidos. A única situação que vai mudar será a gestão dos hospitais, feita por uma Organização Social. As Organizações Sociais são entidades que já executam a gestão de hospitais públicos com sucesso no Brasil inteiro, há mais de 10 anos. Em Mato Grosso a lei que autoriza a sua contratação é de 2004;

6 – Contraditoriamente, alguns médicos defendem que todos os concursados para prestarem 40 horas semanais de trabalho, sejam reduzidos para 20 horas, mas mantendo o mesmo salário. Os médicos de 40 horas ganham salários que variam de R\$ 3.508,28 e progressivamente alcançam até R\$ 10.252,40. E os de 20 horas ganham de R\$ 1.973,46 progressivamente até R\$ 5.797,71(forá eventuais plantões);

7 – Conclusivamente, os médicos não correm risco de demissão, não terão perdas salariais e terão os seus direitos vigentes assegurados. Portanto, por essas razões, nenhuma greve ou ameaça de greve se justifica;

8 – O Governo de Mato Grosso quer uma gestão eficiente, adequada, humanizada e a custos razoáveis, que dê ao cidadão usuário do SUS acesso digno à saúde a que tem direito básico e fundamental.

<http://www.circuitomt.com.br/home/materia/52251>

» PLANTÃO GAZETA

16/03/2011 08:23

Terceirização da Saúde é polêmica no meio político

A decisão do governo do Estado em terceirizar serviços da saúde já vem gerando críticas no meio político, inclusive entre aliados. O presidente da Assembleia Legislativa,



deputado José Riva (PP), é um dos que mais resistem à ideia. O vereador por Cuiabá Lúdio Cabral chegou a defender até mesmo o rompimento do apoio do PT ao governador Silval Barbosa (PMDB) por causa da medida. Riva alega que a terceirização poderá servir como prova da falta de capacidade do governo. Mesmo admitindo que essa opção pode melhorar o serviço, alega não ser simpático à medida sob risco de representar prejuízos ao serviço público.

Veja matéria completa no caderno de cidades do jornal A Gazeta

<http://www.gazetadigital.com.br/digital.php?codigo=104588&UGID=f91ed6d5337792bea1d439ecfd755419&GED=7039&GEDDATA=2011-03-16>

» PLANTÃO GAZETA

16/03/2011 08:51

Estado realiza II Fórum de Superação da Violência

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) em parceria com as instituições que compõem a Rede Estadual de Superação da Violência e Promoção da Cultura de Paz, realizarão nos dias 30 e 31 de março de 2011, no Hotel Fazenda Mato Grosso, o II Fórum sobre a Rede Estadual de Superação da Violência e Promoção da Cultura de Paz (Revipaz).

O Fórum terá como objetivos a consolidação do trabalho articulado e integrado entre as diversas instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada que compõem a Rede, e a elaboração de um planejamento estratégico, visando atingir maior impacto das políticas públicas de Mato Grosso no enfrentamento às violências.

“A questão das violências requer o envolvimento e a transversalidade de todos os setores, governamentais, não-governamentais e sociedade civil organizada. O setor da Saúde tem suas responsabilidades e atribuições específicas, mas é na intersetorialidade que poderemos atuar respondendo a todas as demandas e implicações que a



violência impõe.

O II Fórum da Revipaz vai ajudar nesse sentido”, explicou a técnica do Núcleo de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde da SES/MT Aldineia Guimarães. A Rede é composta por 37 instituições, incluindo Governo, ONGs e sociedade civil organizada.

A Secretaria de Estado de Saúde interage, também, com 13 municípios prioritários para o enfrentamento das violências (sexual, doméstica, e outras violências interpessoais) na organização de redes municipais. Os municípios que foram eleitos pela SES como prioritários possuem uma estrutura do SUS necessária para a assistência integral, composta por Hospital 24 horas, Serviços de Atendimento Especializado-SAE e Centro de Atenção Psicossocial-CAPS. São eles: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres, Tangará da Serra, Sinop, Sorriso, Alta Floresta, Colíder, Barra do Garças, Água Boa, Juara e Juína.

ESTATÍSTICAS - Dados do Sistema de Informação de Mortalidade, da SES/MT, indicam que as violências e os acidentes são a primeira causa de mortalidade na faixa etária de 01 a 49 anos e correspondem à segunda causa de mortalidade na população do estado, de modo geral. Os dados correspondem aos anos de 2005 a 2009.

O Ministério da Saúde utiliza dados da pesquisa e do mapeamento da violência no Brasil, feito pelo Instituto Zangari de São Paulo em 2007, que apontam que 10 mulheres são assassinadas por dia, em todo o país, sendo o sexo feminino a principal vítima das violências sexual e doméstica, abrangendo desde a infância até a terceira idade. No mapeamento Mato Grosso ocupa o 6º lugar no ranking dos estados brasileiros com taxa de 30.74% de óbitos por homicídio, para cada 100 mil habitantes. (Secom/MT).

<http://www.gazetadigital.com.br/digital.php?codigo=104594&UGID=f7239f0a48dd12af304f03d646a97267&GED=7039&GEDDATA=2011-03-16>

JÚLIO MÜLLER

Conselho fiscaliza UTI e encontra



problemas

Caroline Rodrigues

Da Redação

A deficiência na estrutura física e a falta de equipamentos prejudica o atendimento no Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), que foi vistoriado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM). A fiscalização aconteceu na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica, onde médicos denunciaram a falta de condição de trabalho e o risco de morte para os doentes. No local, o presidente do CRM, Arlan Azevedo, constatou a presença de infiltrações e fungos nas paredes. Ele disse que também não há materiais de reserva suficientes para garantir a retirada dos aparelhos em tempo hábil para a desinfecção. Dos 8 leitos da unidade, um está desativado porque a cama foi levada para a manutenção. Os demais estão com espaço restrito, o que impede o trânsito dos profissionais na unidade.

Azevedo vai notificar o Ministério Público Federal (MPF) sobre a situação, mas disse que não há necessidade de interdição do ambiente.

Nos corredores do hospital é possível perceber a falta de investimentos. Muitas paredes estão descascadas e o sistema de tratamento de esgoto, que está há 10 anos desativado, tem todos os tanques cheios, sendo que um deles está transbordando. Sem tratamento, o esgoto é despejado diretamente no rio Cuiabá.

Muitos dos equipamentos usados para exames estão sem manutenção. O operador de máquinas agrícolas, Darci Dalmo Molim, 60, está com a esposa internada no hospital. Ele conta que a mulher tem câncer e faz tratamento há 3 anos.

O casal mora em Nova Mutum (502 km ao norte de Cuiabá) e precisa vir a cada 90 dias para fazer acompanhamento. Darci relata que muitos exames são desmarcados sem aviso prévio por causa da falta de equipamento e profissionais. Ele calcula que a cada 4 agendamentos, 1 é adiado.

A Prefeitura paga a passagem da paciente, mas como ele é acompanhante, precisa custear a despesa dele. Uma passagem



é R\$ 100, que são somados ao valor da estadia e alimentação.

A estudante Daniele Duarte Rodrigues, 19, também reclama da demora. Ela está grávida de 4 meses e faz acompanhamento da gestação no hospital. O médico solicitou um exame de ultrassom, mas quando ela foi marcar, descobriu que precisa esperar 60 dias para conseguir uma vaga. Como o tempo é longo, ela optou por procurar um estabelecimento particular.

Essa não foi a primeira vez que a mulher precisou pagar para ter atendimento. O marido dela, Sebastião Rodrigues Gonçalves, 34, assegura que precisou levar a mulher rápido ao hospital em outra ocasião. Quando chegou ao Júlio Müller foi informado que havia médico, mas como não tinha enfermeiros e técnicos de plantão, o profissional não tinha condições de atender.

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286667&codcaderno=19&GED=7039&GEDDA=2011-03-16&UGID=a3f1b1088a4f8ee55fe61774f9aa98ea>

Equipamentos viram sucata enquanto obra está parada

Da Redação

Os equipamentos para o Centro Nefrológico do Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) estão guardados de forma irregular e correm o risco de virar sucata, devido a demora da construção do prédio. As obras começaram em 2007 e a empresa desistiu do serviço, que foi orçado em R\$ 4 milhões. O diretor superintendente do hospital, Elias Nogueira Peres, diz que já pediu ajuda aos governos do Estado, Federal e Municipal, além de deputados para resolver o problema.

Ele argumenta que a obra será licitada novamente pelo Estado, responsável pela execução. No processo haverá o aditivo do valor, para compensar os reajustes do material de construção e serviço.

O superintendente diz ainda que está prevista a reforma do Centro Cirúrgico para este ano. A unidade também funciona sem condições.

Peres relata que a gestão precisa conviver também com falta de servidores, que um projeto do Ministério da Educação (MEC) pretende suprir. O órgão pediu para a administração fazer um levantamento da demanda e conforme o cálculo, o hospital precisa de 140 médicos, 87 enfermeiros e 279 técnicos de enfermagem.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Em relação aos problemas nos equipamentos, Peres diz que tenta usar o valor do custeio do hospital, que é pago pelo Ministério da Saúde (MS), para reformar, mas o valor é insuficiente.

Quanto ao sistema de esgoto, o superintendente explica que os engenheiros da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) estão fazendo um projeto e a direção do hospital vai buscar recursos.

Ele diz que há dificuldade até mesmo na elaboração porque o hospital foi improvisado desde a inauguração. O atual HJMJ era um sanatório de pacientes tuberculosos na década de 60. (CR)

<http://www.gazetadigital.com.br/materias.php?codigo=286668&codcaderno=19&GED=7039&GEDDA=2011-03-16&UGID=87024f09cc3a70ff701af5a231910356>

Saúde - 15/03/2011 | 07h14m

SES não pode contratar "OS" Estado está impedido de entregar Hospital Metropolitano para Organizações Sociais



A proposta defendida pelo secretário de Saúde é criticada até mesmo pelos seus correligionários

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) está impedida de contratar Organizações Sociais (OS) para administrar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande. Isso porque uma liminar (decisão provisória e urgente) expedida pela Justiça a pedido do Ministério Público Estadual (MPE) suspendeu os efeitos do Edital de Chamamento Público que buscava a contratação de instituições sem fins lucrativos interessadas no gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços.

Em caso de descumprimento, a SES deverá pagar multa diária de R\$ 20 mil. O prazo para a entrega das propostas ocorreria hoje e o resultado final estava previsto para o dia 05 de abril.

De acordo com o promotor de Justiça Alexandre Guedes, o edital de chamamento está suspenso até o julgamento final da ação cautelar proposta



Saúde em Foco



pelo Ministério Público. "Ao tomarmos conhecimento pela imprensa de uma possível terceirização dos serviços dos hospitais regionais, instauramos um inquérito civil para apurar esta situação e logo em seguida fomos surpreendidos com a divulgação deste chamamento público que visa a seleção das instituições para celebração de contrato de gestão".

Um dos argumentos de Guedes é que os preceitos constitucionais e legais relativos à exigência de participação da comunidade e controle social das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) não estão sendo respeitados e estranha o procedimento de divulgação adotado pelo secretário Pedro Henry (PP). "O edital foi publicado em plena sexta-feira de carnaval, sem expediente de serviços públicos na segunda e terça-feira, além de ter um único dia para os interessados decidirem se desejam participar do certame em questão e fazer as suas propostas no exíguo prazo de três dias e meio".

Resistência - A proposta defendida pelo secretário de Saúde, Pedro Henry, de entregar a administração dos hospitais regionais as Organizações Sociais é criticada até mesmo pelos seus correligionários. O presidente da Assembleia Legislativa, José Riva (PP), é contrário ao novo modelo de gestão. "É atestar a incompetência do Estado em administrar um bem essencial que é o direito de acesso à saúde com eficiência", reclama.

O Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso ameaça entrar em greve por ser contra o novo sistema.

Outro lado - O secretário de Saúde, Pedro Henry, informou via assessoria que ainda não foi notificado da decisão judicial, mas já adiantou que vai recorrer "por conta do firme propósito de apostar em uma inovação na gestão dos hospitais metropolitanos e acredita que as Organizações Sociais têm esse propósito.

Por: Rafael Costa
Fonte: Gazeta Digital

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=315875>

SAÚDE INDÍGENA

Força para diagnóstico em xavante

FRANCIS AMORIM

Da Sucursal de Barra do Garças



Saúde em Foco



A Força Nacional de Saúde fará um diagnóstico da saúde da população xavante na região de Barra do Garças e Campinópolis. O anúncio foi feito pela chefe-substituta do Distrito Sanitário Especial Indígena, Ledi da Silva.

Na ação a ser realizada no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Xavante), a equipe será composta por 29 profissionais (entre eles nove médicos), 11 veículos, três motolâncias do SAMU 192 e uma carreta do Movimento de Combate a Hanseníase.

“O envio da Força Nacional mostra o comprometimento do governo federal com a saúde indígena. Não sabíamos se a força seria deslocada para ajudar as vítimas do terremoto no Japão, mas agora está confirmado para este mês as ações desta equipe no distrito xavante”, explica Ledi da Silva.

Ledi integrou na segunda-feira a equipe da Sesai que se reveza no distrito desde janeiro e responde como chefe-substituta do DSEI. “Percebemos que a população indígena já vê as mudanças. Estamos criando uma nova realidade para a saúde indígena, com a participação do controle social indígena e com uma nova estrutura de atendimento, para solucionar os problemas que detectamos”.

AÇÕES - Desde o dia 14 de janeiro, um grupo de técnicos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) trabalha na reestruturação do atendimento prestado aos indígenas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Xavante, na região de Barra do Garças. Nesta semana, a Sesai está concluindo as mudanças das duas Casas de Saúde do Índio (Casai) do distrito para novas sedes, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população indígena.

“Todos os móveis e equipamentos destas Casais são novos. Estamos terminando a pintura e a organização desses dois ambientes. Faremos a mudanças das duas Casais simultaneamente”, disse a chefe-substituta. As Casais do DSEI Xavante estão localizadas nos municípios de Barra do Garças e em Campinópolis.

Durante o período de permanência na região, os técnicos estão levantando informações sobre a morte de crianças provocadas por uma série de fatores que vão desde a desnutrição à falta de atendimento médico adequado. (Com assessoria da Sesai)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389749>

JÚLIO MÜLLER

Relatório de inspeção seguirá ao MP



Da Reportagem

A inspeção realizada pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) no Hospital Universitário Júlio Müller ontem à tarde, em Cuiabá, vai se transformar em um relatório de obrigações a ser encaminhado para o Ministério Público Federal (MPF). O conselho pretende juntar elementos que embasem uma ação contra a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e os ministérios da Saúde e Educação para melhoria da estrutura da unidade.

Na vistoria de ontem, que deve se repetir por toda semana, o CRM encontrou mais irregularidades de cunho administrativo que na estrutura das unidades de terapia intensiva (UTI), o que não diminui riscos aos pacientes internados.

De acordo com o presidente do CRM, Arlan Azevedo, a unidade não conta com a dupla de médicos visitantes que se revezam no acompanhamento do estado de saúde dos pacientes internados nos leitos das UTIs e nem especialistas suficientes para as áreas de ortopedia, cardiologia e neurologia. “O atendimento fica restrito por falta de especialistas. Um paciente que necessite de um atendimento nessas áreas precisa ser regulado (transferido para outro hospital)”, salienta o representante do Conselho.

Outra irregularidade é o incipiente número de aparelhos respiradores mecânicos de reserva, o prédio não possibilita visão ampla aos plantonistas e os leitos estão muito próximos uns dos outros, o que inviabiliza um atendimento mais complexo. “A estrutura não é adequada para uma UTI moderna. Na verdade, todo o hospital é uma adaptação de um ex-sanatório da década de 1970 em um hospital cuja estrutura está condenada”, avalia Azevedo. (DM)

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389752>

[Força Nacional vem a MT avaliar saúde da população Xavante](#)

Escrito por www.sandracarvalhocuiaba.blogspot.com

Qua, 16 de Março de 2011 08:34



A Força Nacional de Saúde fará um diagnóstico da saúde da população xavante na região de Barra do Garças, a 508 km de Cuiabá (MT), ainda neste mês de março. A equipe será composta por 29 profissionais (entre estes nove médicos), 11 veículos, três motolâncias SAMU 192 e uma carreta do Movimento de Combate a Hanseníase (Mohan).



A denúncia do alto índice de mortalidade infantil entre crianças Xavante (30% em 2010) da região foi feita com exclusividade pelo Blog da Sandra Carvalho em novembro de 2010. Na época, não havia um veículo sequer para visitar as aldeias, faltava medicamento e o DSEI da região estava totalmente sucateado. Em janeiro, o Ministério da Saúde anunciou a liberação de R\$ 2 milhões para reestruturar a assistência à saúde dos Xavante.

<http://aguaboanews.com.br/>

Brasília, 14 de março de 2011

219ª Reunião do CNS discute tuberculose

O Programa de combate à tuberculose do Ministério da Saúde será um dos destaques da 219ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A reunião acontece nos próximos dias 16 e 17, em Brasília.

No primeiro dia de reunião, os conselheiros nacionais também debaterão a metodologia de divulgação de consultas públicas. O dia 17 começará com uma apresentação do balanço do mês na Saúde feita pelo Ministro da Saúde e presidente do CNS, Alexandre Padilha. Outros pontos da pauta são a 14ª Conferência Nacional de Saúde e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Os interessados também podem acompanhar a reunião do CNS pela internet, em tempo real, no site www.conselho.saude.gov.br

Informações:

219ª Reunião Ordinária do CNS

Data: 16 e 17 de março de 2010

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “O Milton Visconde” – Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar – Brasília/DF.

Horário – A partir das 9 horas

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/14_mar_219RO.htm